



MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ POLÍTICAS MATRICIAIS

**Gerência de
Proteção à Livre
Orientação
Sexual**

Lei PA nº 7.029/2007



**Conferências
Estaduais LGBTI+**

*II. Resolução CEDS 02/2016
IV. Decreto PA nº 381/2019*

**Conselho
LGBTI+**

Decreto PA nº 1.238/2008

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1-5)

2,94 Órgão Gestor

3,57 Conselho estadual

1,00 Plano/Programa

OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE

MPPA



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

DPPA



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

PCPA



**Delegacia de Crimes
Discriminatórios**

TJPA



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

ALPA

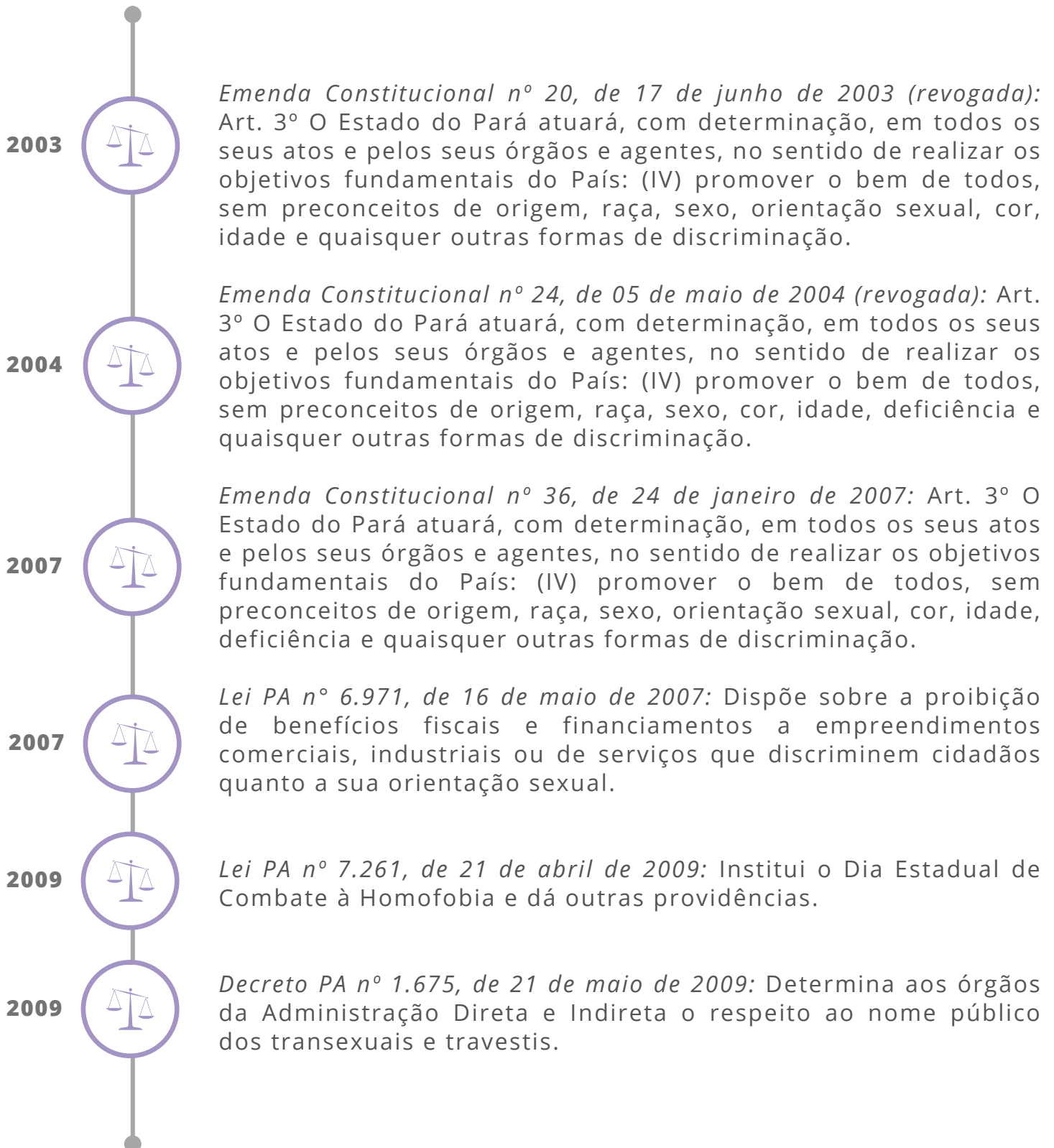


Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.



LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS





LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

2010



Decreto PA nº 2.150, de 04 de março de 2010: Institui o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências. ALPA Ação 2.1.5. Capacitar profissionais de Centros de Recuperação e abrigos para jovens em assuntos ligados a orientação sexual, identidade de gênero e combate a discriminação e violência contra LGBTs. Resultados esperados: Capacitados profissionais dos Centros de Recuperação e Abrigos.

2011



Lei PA nº 7.567, 26 de Outubro de 2011: Proíbe a discriminação em virtude de raça, sexo, cor, idade, religião, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação e dá outras providências.

2013



Decreto PA nº 726, de 29 de abril de 2013: Homologa a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, a qual institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará.

2017



Resolução CESP (Conselho Estadual de Segurança Pública) nº 330, de 06 de novembro de 2017: Aprova o Relatório de Atividades do Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia.